

COMUNICADO

ERSE aprova Diretiva de reportes para a extensão do mecanismo ibérico

A ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos aprovou a Diretiva que estabelece a implementação dos reportes para isenção dos custos do mecanismo ibérico, para o período da sua extensão decidida pelo Governo.

Os Governos de Portugal e de Espanha acordaram, em maio de 2022, a criação e implementação de um mecanismo excecional e temporário de ajuste dos custos de produção de energia elétrica (adiante, mecanismo ibérico) com reflexo na formação do preço de mercado da eletricidade do MIBEL. Este mecanismo veio a ter expressão legislativa com a publicação do Decreto-Lei n.º 33/2022, de 14 de maio, em Portugal, e do *Real Decreto-ley 10/2022, de 13 de mayo*, em Espanha, após a notificação e autorização da Comissão Europeia.

No caso de Portugal, por questões de especificidade do ordenamento jurídico nacional, parte das disposições de implementação do mecanismo foram consagradas na Diretiva n.º 11/2022, de 14 de maio, que operacionalizou os reportes de isenções que o quadro legal admite.

Com a publicação do [Decreto-Lei n.º 21-B/2023](#), de 30 de março, o Governo, após acordo com o homólogo de Espanha e autorização da Comissão Europeia, decidiu a extensão do mecanismo ibérico da data inicialmente prevista de 31 de maio para 31 de dezembro do presente ano.

Neste sentido, a ERSE aprovou nova Diretiva para operacionalização dos reportes de isenções de custo do mecanismo ibérico, nos termos do atual quadro legal, que têm efetividade a partir de hoje, 31 de março de 2023.

A ERSE, para agilização dos mencionados reportes, disponibiliza na sua página da Internet, o texto da Diretiva aprovada e as tabelas de reporte a serem utilizadas pelos agentes de mercado. Sublinha-se que, no atual quadro legal, se admitem isenções para consumidores com coberturas

diretamente por si contratadas, ainda que o reporte deva ser operacionalizado pelo respetivo comercializador. Esta circunstância é uma alteração face ao contexto inicial que se havia aprovado em maio de 2022.

Aceda ao texto da [Diretiva](#) e às [tabelas de reporte](#).

Lisboa, 31 de março de 2023